Defensoria na mídia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
Coordenador: Gerardo Rabello
Jornalista: Larissa Claro
Fotográfo: Roberto Marcelo
Designer Gráfico: Adriano Silva

CLIPPING AGO.19

WEB JORNALISMO

01

• PARAÍBA.COM

Projeto de ressocialização incentiva a leitura e ajuda na remição da pena

http://paraiba.com.br/2019/08/01/projeto-de-ressocializacao-incentiva-a-leitura-e-ajuda-na-remicao-da-pena/

• GOVERNO DA PARAÍBA

Projeto de ressocialização incentiva a leitura e ajuda na remição da pena

https://paraiba.pb.gov.br/noticias/projeto-de-ressocializacao-incentiva-a-leitura-e-ajuda-na-remicao-da-pena

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Apenadas do Presídio Feminino de Patos serão beneficiadas com remição da pena por leitura de cordel

https://www.tjpb.jus.br/noticia/apenadas-do-presidio-feminino-de-patos-serao-beneficiadas-com-remicao-da-pena-por-leitura-de

02

• PAUTA PB

DPE garante vaga no Conjunto Aluízio Campos a mulher prejudicada por suposto erro no CPF

http://pautapb.com.br/2019/08/02/dpe-garante-vaga-no-conjunto-aluizio-campos/

08

• MAIS PB

Juiz determina repasse integral à Defensoria

https://www.maispb.com.br/401785/juiz-determina-repasse-integral-do-duodecimo-a-defensoria.html

• PARAÍBA ONLINE

Juiz determina que Governo da Paraíba repasse duodécimo à Defensoria Pública

https://paraibaonline.com.br/2019/08/juiz-determina-que-governo-da-paraiba-repasse-duodecimo-a-defensoria-publica/

• PARAÍBA RÁDIO BLOG

Juiz determina ao Governo da Paraíba repasse integral do duodécimo da Defensoria Pública

https://www.paraibaradioblog.com/2019/08/08/juiz-determina-ao-governo-da-paraiba-repasse-integral-do-duodecimo-da-defensoria-publica/

• JORNAL DA PARAÍBA

Justiça manda Estado pagar duodécimo integral da Defensoria Pública da Paraíba

http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/plenopoder/2019/08/08/justica-manda-estado-pagar-duodecimo-integral-da-defensoria-publica-da-paraiba/

• PORTAL JURISTAS

Juiz determina ao Governo da Paraíba repasse integral do duodécimo da Defensoria Pública

https://juristas.com.br/2019/08/08/juiz-determina-ao-governo-da-paraiba-repasse-integral-do-duodecimo-da-defensoria-publica/

09

• CLICK PB

TJPB absolve homem condenado a dois anos de prisão

https://www.clickpb.com.br/paraiba/tjpb-absolve-homem-condenado-dois-anos-de-prisao-265467.html

11

• JORNAL DA PARAÍBA

Mais de 30 mil alunos da rede pública da Paraíba não possuem o nome do pai no registro de nascimento

http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/mais-de-30-mil-alunos-da-rede-publica-da-paraiba-nao-possuem-o-nome-pai-no-registro-de-nascimento.html

• PORTAL CORREIO

Mais de 30,5 mil alunos não têm nome do pai no registro de nascimento

https://portalcorreio.com.br/mais-de-305-mil-alunos-nao-tem-nome-do-pai-no-registro-de-nascimento/

• PARAÍBA RÁDIO BLOG

Mais de 30 mil alunos da rede pública da Paraíba não possuem nome do pai no registro de nascimento

https://www.paraibaradioblog.com/2019/08/11/mais-de-30-mil-alunos-da-rede-publica-da-paraiba-nao-possuem-nome-do-pai-no-registro-de-nascimento/

• G1 PB

Pai consegue redução na jornada de trabalho para cuidar de filha com microcefalia no Sertão da PB

https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/08/11/pai-consegue-reducao-na-jornada-de-trabalho-para-cuidar-de-filha-com-microcefalia-no-sertao-da-pb.ghtml

• FOCANDO A NOTÍCIA

Mais de 30 mil alunos da rede pública da PB não possuem nome do pai no registro de nascimento

https://www.focandoanoticia.com.br/mais-de-30-mil-alunos-da-rede-publica-da-pb-nao-possuem-nome-do-pai-no-registro-de-nascimento/

• PARAÍBA.COM

Pai tem jornada de trabalho reduzida para acompanhar filha com microcefalia em terapias

http://paraiba.com.br/2019/08/11/pai-tem-jornada-de-trabalho-reduzida-para-acompanhar-filha-com-microcefalia-em-terapias/

• MAIS PB

Mais de 30 mil alunos não têm o nome do pai

https://www.maispb.com.br/402350/mais-de-30-mil-alunos-da-rede-publica-nao-tem-o-nome-do-pai-no-registro.html

Pai tem jornada de trabalho reduzida para acompanhar filha em terapias

https://www.maispb.com.br/402319/pai-tem-jornada-de-trabalho-reduzida-para-acompanhar-filha-em-terapias.html

12

• PARAÍBA NOTÍCIA

Mais de 30,5 mil alunos não têm nome do pai no registro de nascimento

http://www.paraibanoticia.net.br/mais-de-305-mil-alunos-nao-tem-nome-do-pai-no-registro-de-nascimento/

• MAIS FM PB

Pai consegue redução na jornada de trabalho para cuidar de filha com microcefalia no Sertão da PB

http://maisfmpb.com.br/pai-consegue-reducao-na-jornada-de-trabalho-para-cuidar-de-filha-com-microcefalia-no-sertao-da-pb/

• BLOG DO LEVI

Sertão: pai consegue redução na jornada de trabalho para cuidar de filha com microcefalia

https://blogdolevi.portaldiario.com.br/2019/08/12/sertao-pai-consegue-reducao-na-jornada-de-trabalho-para-cuidar-de-filha-com-microcefalia/

• JORNAL DE BRASÍLIA

Para cuidar de filha com microcefalia, pai consegue redução na jornada de trabalho

https://jornaldebrasilia.com.br/nahorah/para-cuidar-de-filha-com-microcefalia-pai-consegue-reducao-na-jornada-de-trabalho/

• DIAMANTE ONLINE

Gari de Diamante consegue redução na jornada de trabalho para cuidar de filha com microcefalia

https://www.diamanteonline.com.br/noticia/vale-do-pianco/2019/08/12/gari-de-diamante-consegue-reduo-na-jornada-de-trabalho-para-cuidar-de-filha-com-microcefalia/21813.html

13

• DIÁRIO DO SERTÃO

Pai consegue redução na jornada de trabalho para cuidar de filha com microcefalia no Sertão da Paraíba

https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/432324/pai-consegue-reducao-na-jornada-de-trabalho-para-cuidar-de-filha-com-microcefalia-no-sertao-da-paraiba.html

15

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Semana da Justiça pela Paz em Casa começa nesta segunda (19) com 751 audiências na Paraíba

https://www.tjpb.jus.br/noticia/semana-da-justica-pela-paz-em-casa-comeca-nesta-segunda-19-com-751-audiencias-na-paraiba

19

• JORNAL DA PARAÍBA

Justiça pela Paz em Casa: mais de 750 audiências acontecem na Paraíba a partir desta segunda

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mais-de-750-audiencias-de-violencia-domestica-acontecem-na-paraiba-partir-desta-segunda.html

20

• CLICK PB

Justiça sequestra R$ 383 mil da Paraíba para garantir remédio a paciente com câncer

https://www.clickpb.com.br/saude/justica-sequestra-r-383-mil-da-paraiba-para-garantir-remedio-paciente-com-cancer-266136.html

• MAIS PB

Justiça sequestra R$ 383 mil da PB para remédio

https://www.maispb.com.br/404668/justica-sequestra-r-383-mil-para-remedio.html

• PORTAL DO BREJO

Justiça sequestra R$ 383 mil do Estado para compra de medicamento

http://portaldobrejo.com.br/geral/justica-sequestra-r-383-mil-do-estado-para-compra-de-medicamento/

• PORTAL CORREIO

Justiça sequestra R$ 383 mil do Estado para compra de medicamento

https://portalcorreio.com.br/justica-sequestra-r-383-mil-estado-compra-medicamento/

• FONTE 83

Justiça sequestra R$ 383 mil do governo para compra de medicamento

https://fonte83.com.br/justica-sequestra-r-383-mil-do-governo-para-compra-de-medicamento/

• DIÁRIO DA PARAÍBA

Justiça sequestra R$ 383 mil do Estado da Paraíba

https://diariodapb.com.br/justica-sequestra-r-383-mil-do-estado-da-paraiba/

• G1 PB

Justiça determina sequestro de R$ 383 mil das contas do governo da PB para compra de medicamento

https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/08/20/justica-determina-sequestro-de-r-383-mil-das-contas-do-governo-da-pb-para-compra-de-medicamento.ghtml

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Autoridades se reúnem em Campina Grande pelo veto do PL que trata de abuso de autoridade

https://www.tjpb.jus.br/noticia/autoridades-se-reunem-em-campina-grande-pelo-veto-do-pl-que-trata-de-abuso-de-autoridade

21

• MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF e DPE-PB buscam preservação de direitos fundamentais de 722 famílias agricultoras

http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-e-dpe-pb-buscam-preservacao-de-direitos-fundamentais-de-722-familias-agricultoras/view

• PB AGORA

TJPB decide que defensores públicos inativos não têm direito a voto

https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/tjpb-decide-que-defensores-publicos-inativos-nao-tem-direito-a-voto-para-membro-do-conselho/

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

TJPB decide que defensores públicos inativos não têm direito a voto para membro do Conselho daquele Órgão

https://www.tjpb.jus.br/noticia/tjpb-decide-que-defensores-publicos-inativos-nao-tem-direito-a-voto-para-membro-do-conselho

22

• CÂNDIDO NÓBREGA

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

http://candidonobrega.com.br/artigo/7925/2019/08/22/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras

• FAROL CORPORATIVO

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

http://farolcorporativo.com.br/portal/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras/

• SISCRED

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

http://www.siscredbrasil.com.br/site/visualizar-noticia.php?id=11816

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

http://experienciajuridica.com.br/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras/

23

• GPS DA NOTÍCIA

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

https://gpsdanoticia.com.br/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras/

• ELTON SANTANA

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

http://eltonsantana.com.br/2019/08/23/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras/

• TÁ NA ÁREA

DPE-PB e MPF buscam preservar direitos fundamentais de famílias agricultoras

https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/dpe-pb-e-mpf-buscam-preservar-direitos-fundamentais-de-familias-agricultoras/

24

• PARAÍBA ONLINE

CMJP e MPPB lançam campanha de prevenção ao feminicídio na Paraíba

https://paraibaonline.com.br/2019/08/cmjp-e-mppb-lancam-campanha-de-prevencao-ao-feminicidio-na-paraiba/

26

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Reunião do TJPB define a criação de Fórum para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes

https://www.tjpb.jus.br/noticia/reuniao-do-tjpb-define-a-criacao-de-forum-para-prevenir-o-desaparecimento-de-criancas-e

Melhor funcionalidade: 4º e 6º Juizados Cíveis funcionam em parceria com Unipê no mesmo local

https://www.tjpb.jus.br/noticia/melhor-funcionalidade-4o-e-6o-juizados-civeis-funcionam-em-parceria-com-unipe-no-mesmo-local

• PARAÍBA.COM

Justiça cria fórum para prevenir desaparecimento de crianças e adolescentes

http://paraiba.com.br/2019/08/26/justica-cria-forum-para-prevenir-desaparecimento-de-criancas-e-adolescentes/

27

• PARAÍBA.COM

Lideranças de famílias em situação precária são recebidas pelo MPF

http://paraiba.com.br/2019/08/27/liderancas-de-familias-em-situacao-precaria-sao-recebidas-pelo-mpf/

• MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PB

MPF em João Pessoa recebe representantes de movimento social que buscam direitos de moradia para famílias sem teto

http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-em-joao-pessoa-recebe-representantes-de-movimento-social-que-buscam-direitos-de-moradia-para-familias-sem-teto

28

• RC VIPS

Novos defensores

http://www.rcvips.com.br/rc-vips/novos-defensores/

• PARAÍBA.COM

Defensoria Pública empossa concursados nesta quinta-feira

http://paraiba.com.br/2019/08/28/defensoria-publica-empossa-concursados-nesta-quinta-feira/

• PARAÍBA RÁDIO BLOG

Paraíba vai ganhar três novos defensores públicos nesta quinta-feira

https://www.paraibaradioblog.com/2019/08/28/paraiba-vai-ganhar-tres-novos-defensores-publicos-nesta-quinta-feira/

29

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

TV Justiça repercute o encerramento da 14ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa na Paraíba

https://www.tjpb.jus.br/video/tv-justica-repercute-o-encerramento-da-14a-semana-da-justica-pela-paz-em-casa-na-paraiba

• PORTAL JURISTAS

Novos integrantes da DPE-PB são empossados perante Conselho Superior

https://juristas.com.br/2019/08/29/novos-integrantes-da-dpe-pb-sao-empossados-perante-conselho-superior/

30

• BRASIL DE FATO

Audiência pública debate cerca de 20 despejos previstos para acontecer na Paraíba

https://www.brasildefato.com.br/2019/08/30/audiencia-publica-debate-cerca-de-20-despejos-previstos-para-acontecer-na-paraiba/

TELEVISÃO

15

• TV CABO BRANCO/ BOM DIA PARAÍBA

Pai conseguiu diminuir jornada de trabalho na justiça para cuidar da filha na PB

https://globoplay.globo.com/v/7844393/

23

• TV CORREIO/CORREIO DEBATE

Representantes do MP e da Defensoria Pública se reuniram hoje em João Pessoa

https://www.youtube.com/watch?v=RRIlw56nAfE

IMPRESSO

01 • CORREIO DA PARAÍBA
Caderno Política - A3

AL só terá votações na próxima semana

André Gomes

De volta aos trabalhos na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), depois de um recesso de 41 dias, os deputados se reúnem hoje para analisar projetos dentro da Comissão de Constituição, Redação e Justiça (CCJ) e discutir a esclerose múltipla durante uma sessão especial Tovar Correia Lima (PSDB). Apesar das votações de matérias acontecer apenas na próxima semana, o presidente da Casa, Adriano Galdino (PSB), disse que outras atividades administrativas também estão sendo encaminhadas na Casa durante todo o dia.

Segundo Galdino, assim como no primeiro semestre, harmonia entre os Poderes e as autarquias continuará sendo o desejo do Legislativo paraibano. "O governador João tem sido muito atencioso, não só com o Poder Legislativo, mas com todos os Poderes. Tem dialogado com Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, com a Defensoria Pública, com todos os envolvidos na gestão pública estadual e nós temos também aceito esse diálogo com muita independência e buscando sempre a harmonia", disse.

O presidente ressaltou ainda que a 19ª Legislatura vem sendo a mais atuante da história da Casa em relação a quantidade de matérias produzidas, realização de debates e atividades parlamentares. "Será um retorno com muito gás, com muita energia, porque essa Legislatura é a que mais trabalhou em todos os tempos da Assembleia. São deputados e deputadas compromissados com a Paraíba e com os paraibanos", afirmou.

AGÊNCIA ALPB

41 dias. Os trabalhos na Casa retornam hoje depois do recesso parlamentar iniciado em junho

Para o retorno dos trabalhos, o G10 programou fazer um pedido ao presidente Adriano Galdino para a instalação da comissão especial destinada a discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 04/2019), de autoria do deputado Nabor Wanderley (PRB), que garante a obrigatoriedade do cumprimento das emendas parlamentares pelo Executivo. A informação foi dada ontem pelo líder do G10, Júnior Araújo (Avante).

"Vamos fazer esse apelo ao presidente que tem se comportado como um verdadeiro magistrado na Assembleia Legislativa, para que ele possa formar essa comissão especial no sentido de aprofundarmos o debate. Tenho certeza que o presidente com sua sensibilidade e sobretudo com a firmeza de suas palavras possa estar formando essa comissão especial para que possamos esgotar o máximo esse debate que inclui o interesse da oposição, da situação, praticamente dos 36 deputados", destacou Araújo.

A proposta diz que as emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária institui que "serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde".

Caso seja aprovada, tomando por base o orçamento do Estado referente a este ano, no valor de R$ 11.015.493.960, a quantia reservada para cada deputado gastar nas suas indicações será de R$ 3.671.831,32. O valor exato dependerá de quanto for destinado dentro da peça orçamentária prevista para 2020.

Propostas

Deputados esperam superar o número de proposições apresentadas no primeiro semestre.

01 • CORREIO DA PARAÍBA

Coluna Abelardo Jurema - C6

Awards

PERSONALIDADES

Numa eleiçao disputada, em que terminou prevalecendo a escolha pessoal do governador João Azevedo, ele foi nomeado Defensor Geral da Paraíba, um órgão de fundamental importância para que o Estado implante uma politica de Justiça Social eficiente, permitindo a todos os excluidos o acesso aos seus direitos de cidadão. Em 32 anos de carreira, **RICARDO BARROS** presidiu a Associação Paraibana dos Defensores Públicos e vem cumprindo gestão eficiente à frente do órgão, contando com o apoio da grande maioria dos seus colegas de classe, que referendam a sua atuação segura e sóbria no comando da Defensoria.

01 • JORNAL UNIÃO

Caderno Política - Pág 13

Harmonia dos Poderes é o novo foco da ALPB

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adriano Galdino(PSB) disse, ontem, que uma das principais metas da Casa para o segundo semestre deste ano será mesmo a preservação da harmonia com o Governo e com os demais poderes do Estado.

"Assim como no primeiro semestre, a harmonia entre os Poderes e também as autarquias continuará sendo o principal desejo do Legislativo paraibano", resumiu Galdino, ao ressaltar que o governador João Azevêdo tem sido muito atencioso não somente com o Poder Legislativo mas também com todos os demais Poderes, e que a perspectiva de todos é que esse clima permaneça para o bem de todos e principalmente do próprio Estado".

Ele enfatizou que o diálogo entre Legislativo, Executivo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública foi a tônica desses seis primeiros messes passados e que isso só foi possível graças ao empenho de todos, sobretudo do chefe do Executivo do Estado. "Nós temos aceito e trabalhado por isso com muita independência e buscando sempre a harmonia no Estado", declarou.

A Assembleia retorna aos trabalhos legislativos na manhã de hoje e, de acordo com o presidente, a produção de matérias e a realização de debates devem continuar na pauta e na dedicação de todos os deputados. Segundo Adriano Galdino, nesta quinta-feira, a Assembleia já registra uma reunião ordinária da sua principal comissão que é a de Constituição e Justiça e, paralelamente, uma sessão especial para tratar de um tema da área de saúde.

A especial está sendo convocada pelo deputado Tovar Correia Lima e vai tratar da esclerose múltipla. O presidente ressaltou ainda que a atual Legislatura vem sendo a mais atuante da história da Casa em relação a quantidade de matérias produzidas, realização de debates e atividades parlamentares.

"Será um retorno com muito gás, com muita energia, porque essa legislatura é a que mais trabalhou em todos os tempos da Assembleia. São deputados e deputadas compromissados com a Paraíba e com os paraibanos", afirmou.

No primeiro semestre de 2019, a Assembleia registrou aumento de 361% na produção, em relação ao mesmo período do ano passado. Somente nesse primeiro semestre foram aprovadas 4.307 matérias em plenário, número bem acima dos 934 do mesmo

> O governador João Azevêdo tem sido muito atencioso não somente com o Poder Legislativo mas também com todos os demais Poderes

Ressocialização: leitura em troca de redução de pena

Projeto prevê quitação de quatro dias para cada obra lida. Beneficiados passam por avaliação e recebem nota

A cada livro lido, o apenado tem quatro dias remidos. Ou seja, quatro dias a menos de pena e ainda a experiência lúdica da leitura.

A Remição de Pena por Leitura é um projeto de ressocialização que o Governo do Estado vem desenvolvendo nas unidades prisionais da Paraíba em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

O projeto é desenvolvido por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap)/Gerência de Ressocialização Eixo Educação.

Algumas unidades prisionais já implantaram com sucesso o projeto de Remição de Pena por Leitura. Atualmente, existem turmas no Silvio Porto, uma na Máxima, PB1, Média, duas turmas no Júlia Maranhão, no presídio Padrão Santa Rita, na Cadeia Pública de Bayeux, Penitenciária Flósculo da Nóbrega (Roger), Soledade e Cajazeiras. Em breve, o projeto será implantado nos municípios de Cruz do Espírito Santo, Sapé e Patos.

Avaliação

Pelo projeto, durante o ano, os apenados podem ler quantos livros desejarem, mas só terão o benefício da remição de pena por 12 livros lidos. Após a leitura, eles fazem uma resenha do livro e uma discussão oral junto a um professor indicado pelo programa de ressocialização, sendo também submetido a uma avaliação que gerará nota.

Um caso bem-sucedido com o projeto de ressocialização é o da unidade prisional de Soledade. Lá, os reeducandos contam com uma sala de leitura, informática e projeto de alfabetização. O projeto chama-se "Uma Nova Página" e é uma parceria entre a Seap, Comarca de Soledade e a ONG IDE Projetos Sociais. Os reeducandos participantes do projeto terão remição de pena de acordo com atividades realizadas.

Já os reeducandos e reeducandas que cumprem pena nas unidades prisionais de Cajazeiras, além do projeto de Remição de Pena por Leitura, têm aulas de música, que também ajudam na remição de pena.

Benefícios

Segundo Cinthya Almeida, diretora da Penitenciária Júlia Maranhão, localizada no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, a unidade vem trabalhando – além do projeto de Remição de Pena por Leitura – com outros projetos que ajudam na remição da pena, como o "Castelo de Bonecas", que ensina o ofício da arte do artesanato e já qualificou 100 reeducandas. Atualmente, 15 delas trabalham num ateliê, beneficiando-se não apenas com o seu tempo de pena remido, mas com a qualificação de um ofício.

A diretora da Penitenciária Feminina de Cajazeiras, Paloma Lima, avalia que a atividade do projeto de Remição de Pena por leitura é de extrema importância. "Além de remir a pena e reinserir o reeducando e reeducanda, agrega conhecimento, ao mesmo tempo em que abre portas com novas oportunidades, sem falar na evolução intelectual", ressaltou.

Ziza Maia, gerente executiva da Ressocialização da Seap, lembrou a importância deste projeto não só apenas na remição da pena, mas por ser uma forma de ofertar educação. Ela adiantou que o Projeto Abrindo a Mente para a Liberdade será inaugurado no próximo 7, na unidade prisional de Patos, em parceria com o juiz Ramonilson Alves Gomes, com o promotor da Vara de Execuções Penais, Uirassu de Melo Medeiros, Defensoria Pública e da Educação Profissional, todos de Patos.

> Ziza Maia, gerente executiva da Ressocialização da Seap, lembrou que o projeto também é uma forma de ofertar educação

Foto: Secom-PB

Presídio Feminino de Patos terá literatura de cordel para as internas

Apenadas de Patos trabalham com cordel

O Projeto 'Abrindo a Mente para a Liberdade', que objetiva a quitação de parte da pena por leitura de folhetos de cordel, será lançado na próxima quarta-feira (7), no Presídio Regional Feminino de Patos, com capacidade para 120 pessoas. A iniciativa pode beneficiar as 41 apenadas que cumprem pena naquela unidade prisional. A ação já funciona na Comarca de Pocinhos e atende a Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante o lançamento do projeto, estão previstas apresentações com os autores dos cordéis.

São parceiros no 'Abrindo a Mente para a Liberdade' o Juízo da Vara de Execução Penal (VEP) de Patos, a Defensoria Pública, a direção do presídio, a Promotoria da Vara de Execução Penal e Educação Prisional do Município. Todas as mulheres que estão em regime de cumprimento de pena no presídio e que tiverem interesse no projeto podem participar.

Juiz Ramonilson Alves

O juiz titular da 2ª Vara Mista de Patos, Ramonilson Alves Gomes, informou que a ação partiu da Defensoria Pública e é de grande relevância para a sociedade. "A iniciativa veicula dois grandes objetivos. O primeiro deles é humanizar o cumprimento da pena, com uma leitura de perfil nordestino. O segundo aspecto positivo é o abatimento de uma parte da condenação, exatamente por essa instrução. Tenho a convicção que dará certo", comentou o magistrado, que tem a competência de Execução Penal.

De acordo com o projeto, a reeducanda tem um prazo de 21 a 30 dias para fazer a leitura de um cordel. Após esse período, é preciso ser feita uma resenha crítica sobre o material lido. Uma comissão responsável, composta pela representante da Defensoria Pública e professores da Rede Estadual de Ensino, faz uma avaliação da resenha. Se aprovada, o resultado será incluído no Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU).

"Depois de ser incluída no sistema, o representante do Ministério Público também avalia a resenha e poderá fazer o pedido de remição à Vara de Execução Penal", explicou a coordenadora do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública, com atuação em Patos, Mariane Oliveira Fontinele. Para ela, o projeto, além de ajudar nas progressões remindo a pena, oportunizam as mulheres a terem um aprendizado a mais com a cultura nordestina.

Remição da pena

Conforme estabelece a Recomendação do CNJ, para cada 12 meses dedicados à leitura, a apenada pode remir 48 dias de sua pena. Para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), são valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras. Essas atividades precisam estar integradas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e precisam ser oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o Poder Público para esse fim.

03 • JORNAL UNIÃO

Opinião - Uniforme - Pág 2

NO ALUÍZIO CAMPOS

O juiz Ruy Jander Teixeira da Rocha, da 3ª Vara da Fazenda de Campina Grande, deferiu a tutela cautelar requerida pela Defensoria Pública do Estado em favor de uma mulher que requeria um imóvel Complexo Habitacional Aluízio Campos. Ela havia sido excluída da lista de contemplados mesmo depois de demonstrar, por meio de documentos, que não havia nenhuma pendência relacionada ao seu CPF.

08 • CORREIO DA PARAÍBA

Caderno Política - A4

Defensoria deve receber 100%

O Governo da Paraíba está obrigado a repassar o duodécimo devido à Defensoria Pública do Estado até o dia 20 de cada mês, e no valor integral previsto na Lei Orçamentária Anual respectiva, em conta específica do órgão beneficiário. Também terá de repassar os valores retidos do orçamento, referentes aos exercícios de 2014 a 2017.

A decisão que condena o Estado a realizar os pagamentos é do juiz José Gutemberg Gomes Lacerda, da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital. No despacho do magistrado, também alerta o Estado que a "reiteração no descumprimento da obrigação constitucional do repasse do duodécimo evidencia a necessidade de provimento jurisdicional preventivo, a fim de que a ilicitude não seja institucionalizada pela rotina de sua prática".

Nas alegações, a Defensoria alega que em agosto de 2013 obteve decisão favorável em Mandado de Segurança, ajuizado perante o Tribunal de Justiça da Paraíba, obrigando o Estado a repassar o seu duodécimo integral até o dia 20 de cada mês. Afirma ainda que, apesar das decisões reiteradas pelo cumprimento da obrigação, o Executivo tem reiterado no repasse a menor dos valores constitucionais, inclusive no ano em curso.

A ação detalha que a LOA 2017 prevê duodécimo de R$ 6,3 milhões, porém, o repasse realizado foi de R$ 5,97 milhões, um déficit mensal de R$ 329,1 mil. Em 12 meses, somase R$ 3,95 milhões.

Espera. Em contato com o procurador-geral do Estado, Fábio Andrade, afirmou que ainda não havia sido notificado da decisão. Por isso, não tinha como avaliar o caso.

09 • CORREIO DA PARAÍBA

Coluna Lena Guimarães - A3

Sobrou... O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, José Gutemberg Lacerda deu ganho de causa à Defensoria Pública e condenou o Estado a repassar o duodécimo integral devido à instituição até o dia 20 de cada mês.

... para João. Ordenou ainda que o Estado libere os valores retidos entre 2014 e 2017, quando o então governador Ricardo Coutinho reduziu duodécimos, levando a então defensora pública-geral, Madalena Abrantes, à Justiça.

DEFENSORIA PÚBLICA

PB: 30 mil alunos não têm o nome do pai no registro

Mais de 30 mil alunos da rede pública da Paraíba não possuem o nome do pai no registro de nascimento. A informação é da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB), com base em dados do Censo Escolar 2018. A situação preocupa a Defensoria Pública, que tem planejado e realizado ações para ajudar a reduzir o problema. A partir deste mês, a DPE vai intensificar a promoção da educação em direitos com parcerias e mutirões de atendimento.

"Nós já estamos conversando com empresas e instituições para viabilizar ações com o objetivo de orientar juridicamente sobre medidas que possam ajudar a reverter essa situação", explicou o defensor público Antônio Néry de Luna Freire, da Coordenação de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No município de Patos, o projeto 'Reconhecer vínculos é transformar vidas' estimula o reconhecimento do vínculo familiar afetivo de forma espontânea ou por meio de conciliação. Os assistidos da DPE-PB inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) têm direito à realização gratuita do exame de DNA. A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Patos, por meio da Secretaria de Assistência Social, e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

De acordo com a DPE, através da mediação e da conciliação, é possível realizar acordos e conciliações para solucionar conflitos de forma pacífica, sem a necessidade de entrar com uma ação na Justiça. **LM**

> *"É direito básico de toda criança ter uma família. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está repleto de direitos que garantem a dignidade humana, entre eles, ser reconhecido por um pai. Esses direitos são desrespeitados e agredidos, a medida que o ECA é todo permeado pela família enquanto órgão de origem que toda criança tem que ter.*
>
> ***Antônio Néry de Luna Freire.*** *Defensor Público.*

OUTRAS MEDIDAS DE AUXÍLIO DA DPE

- Promover a assinatura dos Termos de Acordo de Reconhecimento de Paternidade;
- Mover ações sobre guarda;
- Regulamentação de visita;
- Regularização de pensão alimentícia.

Ativar o Windows
Acesse Configurações

16 • CORREIO DA PARAÍBA

Coluna Abelardo Jurema - C8

Vitória

A categoria dos Defensores Públicos, sobretudo os aposentados e inativos, comemoram a decisão do Superior Tribunal de Justiça que, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto pelo Governo da Paraíba, assegurando a paridade salarial no pagamento dos subsídios aos colegas que estão na em atividade. A decisão representa uma vitória da Associação Paraibana dos Defensores Públicos, presidida pelo advogado Fábio Liberalino tendo como assessora jurídica Ciane Feliciano.

18 • CORREIO DA PARAÍBA

Caderno Cidades - B4

DEFESA DA MULHER. ESFORÇO CONCENTRADO VAI JULGAR PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

TJPB promove Semana Justiça pela Paz em Casa

Na Paraíba, 44 unidades judiciárias vão participar, com 751 audiências agendadas para o período. A abertura dos trabalhos ocorrerá no Fórum Regional de Mangabeira, na Capital, às 13h. Além das audiências previamente marcadas para a semana de esforço concentrado, que se encerra no próximo dia 23, será realizada uma Mostra de Serviços no hall de entrada do Fórum Regional de Mangabeira.

A coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPB, juíza Graziela Queiroga Gadelha de Sousa, explicou que a mostra contará com os serviços dos órgãos que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher tanto na Paraíba quanto em João Pessoa, com atendimento e divulgação das ações. O ônibus da Patrulha Maria da Penha ficará estacionado em frente ao Fórum para atendimento com equipe multidisciplinar. De acordo com a Coordenadoria da Mulher, estão previstas 204 audiências em João Pessoa, 162 em Campina Grande, 50 em Santa Rita e 43 em Patos, além de outras Comarcas.

EDNALDO ARAÚJO

Em defesa da mulher. Reunião no Tribunal de Justiça discutiu a realização da Campanha no Estado

"O TJPB tem apoiado sempre as edições do projeto. É um trabalho que envolve muitos servidores e magistrados no Estado inteiro, além da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência", destacou a juíza Graziela Queiroga.

Para a magistrada, a semana tem se mostrado, cada vez mais, bem sucedida em seu propósito de dar celeridade aos processos em tramitação no Estado. "Esperamos atender ao principal objetivo do esforço concentrado, que é o julgamento das ações envolvendo a temática da violência doméstica, dando, assim, a efetividade essencial para as vítimas e a responsabilização dos agressores", destacou.

A próxima edição deste ano da Justiça pela Paz em Casa está prevista para acontecer de 25 a 29 de novembro. Dentre os órgãos que confirmaram participação na Justiça pela Paz em Casa, estão Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), Ministério Público da Paraíba, Defensoria Pública, Coordenadoria Estadual das Delegacias da Mulher, OAB-PB, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Coordenadoria da Patrulha Maria da Penha, entre outros.

162 audiências

Semana Justiça Pela Paz em Casa acontece em CG

A Comarca de Campina Grande, segunda maior do Estado, vai promover 162 audiências com processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher. A iniciativa está dentro do esforço concentrado da 14ª edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa. O mutirão acontece no Juizado de Violência Doméstica e Familiar daquela unidade judiciária até sexta-feira (23), e está sendo conduzido pelos juízes Antônio Gançalves e Flávia Batista. Os casos mais comuns são ameaça, lesão corporal, crime de dano, contravenções de vias de fato e pertubação ao sossego.

"Nossa avaliação sobre os esforços concentrados é a melhor possível. De janeiro até o dia 15 de agosto deste ano, a produção foi de 335 sentenças, das quais 145 foram proferidas no mutirão realizado em março. Acredito que a produtividade desse mutirão será quase a totalidade das audiências agendadas para a 14ª Semana", avaliou Antônio Gançalves. Trabalham como juízes auxiliares no Justiça Pela Paz em Casa, em Campina Grande, Vladimir Nóbrega, Leonardo Paiva, Renata Barros e Andreia Matos.

As audiências acontecem em três salas, sempre com a presença de um juiz, promotor, defensor público e os servidores do Tribunal de Justiça Paraíba. "No encerramento do esforço concentrado, será realizada uma oficina para confecção de trufas e uma palestra voltada para os funcionários um estabelecimento atacadista do município", adiantou Antônio Gonçalves.

Segundo o magistrado, durante as audiências de instrução e julgamento são coletados o depoimento da vítima, das testemunhas indicadas pelo Ministério Público e pela defesa, como, ainda, interrogado o acusado. Em seguida, o representante do MP e a defesa apresentam suas alegações finais. Quando o caso permite, é proferida a sentença. "Não são em todas as situações que conseguimos alcançar a sentença. As vezes, faltam testemunhas, mesmo tendo sido intimadas, e o próprio acusado. Quando isso acontece, nós suspendemos a audiência, para darmos continuidade em um momento oportuno", explicou o juiz.

Conforme dados da Polícia Civil, de janeiro a junho de 2018, no Estado, houve 49 casos de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra mulheres, que abrangem todo tipo de morte violenta resultante de um crime.

Ativar o Windows
Acesse Configurações pa

Defensores inativos não têm direito a voto

A Segunda Seção Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba reconheceu como ilegais os artigos 5º da Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública nº 46/2018 e 1º, § 2º, da Resolução 48/2018 do mesmo Conselho, na parte que confere direito facultativo de voto aos defensores públicos inativos. A decisão unânime aconteceu na sessão de ontem, com base na relatoria do desembargador Fred Coutinho e está relacionada a eleição de membro eletivo daquele Órgão agendada para o dia 14 de setembro de 2018.

O colegiado também votou pela impossibilidade de regulação de eventos futuros e indeterminados e concedeu parcialmente a segurança nos autos do MS nº 0803893-45.2018.815.0000 impetrado por Rizalva Amorim de Oliveira Sousa contra suposta ilegalidade praticada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, representado pela defensoria pública-geral do Estado, investida na função de presidente daquele Órgão.

Sessão pública

Foto: ALPB

Encontro reuniu jovens de diferentes setores da sociedade civil, além de representantes de órgãos públicos e parlamentares da Assembleia

Ações para a população jovem são tema de audiência na Assembleia Legislativa

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) realizou, nesta segunda-feira (19), audiência pública para debater políticas públicas voltadas para a juventude. A sessão foi proposta pela presidente da CCJ, deputada Pollyanna Dutra (PSB), em alusão ao Mês da Juventude, celebrado em agosto.

A deputada destacou que a audiência teve como propósito de ouvir as principais demandas dos jovens no Estado. "O objetivo é trazer jovens de vários setores da Paraíba, que tem quase 700 mil jovens na faixa etária entre 15 a 24 anos. Nada mais justo e oportuno do que trazer para dentro do Parlamento um tema tão importante e tão envolvente quanto a juventude, que está vulnerável às drogas, mas é uma juventude que quer empreender e quer fazer um bom debate na política", afirmou Pollyanna. A sessão contou com participação de integrantes da Federação de Comércio de Bens e Serviços da Paraíba (Fercomércio/PB), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae/PB) e de estudantes de universidades de regiões metropolitanas e interioranas do Estado.

Para o presidente do Movimento de Juventude de Pombal, Thallisson Monteiro, é necessário que haja investimentos e atenção das políticas públicas no Sertão paraibano. "A gente percebe que o Governo do Estado tem uma política pública mais efetiva aqui na região de João Pessoa, através da Funesc, que realiza diversas atividades e editais que fomentam a cultura para essa região. Só que no âmbito do Sertão isso é um pouco diferente. Há uma certa falha. A política pública chega, mas de certa forma está mitigada", destacou.

De acordo com o representante da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), Wéverton Correia, a gestão estadual discute a interiorização de políticas públicas para a Paraíba. "A gente está com projetos novos, em parceria com alguns órgãos, que estão sendo discutidos. Inclusive, a Secretaria da Juventude, junto com a Assembleia Legislativa, está para aprovar em breve a questão do Parlamento Jovem. Além disso, temos feito um trabalho junto aos grêmios estudantis, fazendo a formação política com os estudantes no interior", concluiu.

Também participaram da audiência pública o defensor público Antonio Nery; o representante do Comando-Geral da Polícia Militar da Paraíba, major Jomário Fernandes; o presidente da Comissão da Jovem Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB), Rafael Targino; a representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Alana Silva; o vice-presidente da União Nacional do Estudantes (UNE) na Paraíba, Humberto Carvalho; e o secretário-executivo de Administração, Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Gabriel Gomes.

Melhoria do sistema prisional na Paraíba será discutida hoje

Principal ponto é fortalecer o trabalho em rede, como as perspectivas dos apenados e egressos dos presídios e cadeias públicas

O Programa Justiça Presente vem sendo implementado no Estado da Paraíba desde o dia 2 de abril deste ano. Trata-se de uma parceria inédita com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que coloca o Judiciário como protagonista no enfrentamento do estado de coisas inconstitucionais apontado pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF nº 347/DF). Reuniões deliberativas estão sendo realizadas no Tribunal de Justiça da Paraíba, que tem tomado medidas efetivas voltadas à implantação do projeto. Uma das frentes é o melhoramento das condições do sistema prisional em todas as comarcas.

A reunião de trabalho será realizada hoje, no gabinete da Presidência do TJPB. Um dos pontos principais da pauta é fortalecer o trabalho em rede, como as perspectivas dos apenados e egressos dos presídios e cadeias públicas.

O Justiça Presente é constituído por quatro eixos: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadania; e sistema socioeducativo. Na Paraíba, o pacto entre o Tribunal de Justiça, Governo do Estado e CNJ tem em seu escopo uma série de ações divididas nos grandes eixos de execução, entre eles, o Eixo II, que versa sobre a política do socioeducativo e que será debatido hoje.

O programa também é resultado do engajamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realizou um aporte financeiro para o desenvolvimento de estratégias que abordam as causas do problema de forma sistêmica, buscando resultados visíveis em curto e médio prazo.

Os trabalhos envolvem representantes do Tribunal de Justiça e Secretarias da Administração Penitenciária, Administração e da Segurança e Defesa Social, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), Conselho Penitenciário, dentre outros órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

"Na verdade, não queremos conhecer a realidade do Estado e quais os principais gargalos a serem enfrentados, no sentido de repensarmos as práticas restaurativas e medidas inteligentes, sempre trabalhando o exercício da cidadania", comentou a representante do CNJ e responsável pela implantação do Justiça Presente na Paraíba, Ana Pereira. Ela informou, ainda, que, na primeira reunião realizada no dia 2 de julho, os assuntos foram direcionados às estratégias e iniciativas socioeducativas já em andamento.

Conforme o coordenador estadual do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do TJPB, desembargador João de Britto Pereira Filho, o Poder Judiciário estadual abraçou essa ação desde o início. "Já começamos com a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que vai dar mais agilidade no cumprimento das penas. Com relação ao escritório social, estamos empenhados na sua implantação e efetivação", acrescentou o magistrado.

Em recente reunião na Defensoria Pública do Estado (DPE), o coordenador do GMF-TJPB, o defensor público-geral do Estado Ricardo Barros e a representante do CNJ definiram a realização de mutirões para resolver o problema de apenados sem documentação civil. O objetivo do Conselho Nacional de Justiça é de que, até o final de 2020, seja realizada a biometria e retirada a documentação civil de todos os apenados para compor uma base de dados única.

Famílias são ameaçadas de despejo na ocupação Vitória

Tanto Ministério Público como Defensoria afirmam que órgãos não foram consultados e que não houve diálogo

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

O caminho escuro e íngreme para chegar até o prédio inacabado, do que deveria ter sido um hotel, leva ao lar de Eugênia dos Santos, de 24 anos, mãe de oito filhos. Ela mora com o marido e quatro filhos. O chão e paredes são de concreto, lençóis improvisando portas e cortinas. Tem apenas uma cama e um sofá para quatro pessoas dormirem. A sua filha, recém-nascida, é a única que tem um cantinho dela para dormir, em um cercado improvisado como berço. A família de Eugênia é uma das 179 da Comunidade Vitória, situada no bairro do Altiplano, que correm o risco de serem despejadas.

Há pouco mais de uma semana, os moradores da comunidade foram informados de um pedido de reintegração de posse, do local onde vivem há mais de 10 anos. Eles terão que desocupar o hotel inacabado e o terreno onde muitas casas foram construídas ao longo do tempo. Crianças, deficientes físicos, gestantes e idosos não têm para onde ir. Eugênia conta que a única saída será morar na rua. "Vai ser difícil, né? Vou ter que ir para a rua com uma bebê, perder minha filha na rua, porque com certeza se eu for para rua vou perder minha filha. Em nome de Jesus, ou a gente fica aqui ou alguém ajuda a gente de alguma forma, não temos como", comentou, com um olhar de desesperança.

A comida, fruto, na maioria das muitas vezes, de doações, é feita em um fogão a lenha improvisado, com tijolos e gravetos. "Aqui muita gente cata lixo para sobreviver, muitos pedem nas portas, nos cantos. E é assim, vivemos como Deus quer. A população que nos ajuda muito. Meu marido pega bico, reciclagem, limpa mato do quintal das casas", disse.

A líder comunitária Keit de Assis contou que, no último dia 19 de agosto, os moradores receberam uma intimação para sair do local em até 15 dias. Ela enfatizou que as pessoas ficaram em choque e estão preocupadas com as ameaças. "Estamos sem conseguir dormir direito achando que vão tirar a gente de madrugada. Já faz mais de dez anos que a gente está aqui. Eles vão tirar a gente daqui e vão jogar aonde? A gente vai ficar na rua com crianças e idosos? Muitos de nós lutamos para ficar aqui. A vida da gente todinha é aqui, colégio, posto de saúde. Nunca apareceu dono para esse terreno, quando é agora esse homem quer o terreno. Por que ele não apareceu quando as casas da gente era de taipa? A gente vai lutar e não vai desistir", afirmou.

O procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy, explicou que o Ministério Público Federal (MPF), juntamente com a Defensoria Pública Estadual (DPE-PB) e a Defensoria Pública da União (DPU), estão estudando a melhor forma de atuar para ajudar a essas famílias a permanecerem no local. "Vamos discutir com o Judiciário para rever essa ordem. Foi deferida sem que houvesse consulta à Defensoria Pública. Deixaram de levar em conta artigos importantes do Código Civil. Antes de determinar a retirada, é preciso chamar para uma audiência, é preciso solicitar a Defensoria Pública", falou.

Ele ressaltou que a luta para que essas famílias permaneçam em suas casas é em favor dos direitos humanos. "Saindo de lá, se a moradia já não é a ideal, eles vão para uma situação ainda pior. Estamos em épocas de chuvas na cidade. É uma comunidade vulnerável. Há uma quantidade enorme de crianças, idosos, deficientes, pessoas com doenças crônicas. O local para onde vai levar essas famílias seria muito pior", disse.

Foto: Roberto Guedes

Eugênia dos Santos é uma das que estão no local há mais de 10 anos e não tem lugar para onde ir em caso de despejo

Mais de 20 mil com ordem de despejo

José Godoy se mostrou preocupado não só com a situação dessas famílias, como a de muitas de todo o Estado, que encontram-se na mesma situação. Ele ressaltou que são mais de 20 mil pessoas com ordem para serem retiradas de suas casas no Estado. "Não há local para levar essas famílias. Se todas essas ordens forem cumpridas, nós teremos muitas pessoas sem ter para onde ir. Entraremos em estado de calamidade. É algo que no direito chamamos de estado de coisas inconstitucional. Quando há uma violação extrema dos direitos humanos", disse.

A defensora pública Raíssa Palitot também comentou que essa vem sendo uma tendência no Estado, desde o ano passado. "O Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos, semana passada se reuniu com o MPF e a defensoria e reportou 35 casos em João Pessoa e na Grande João Pessoa. Vários desses casos já têm decisão em liminar determinando a desocupação de famílias, sem diálogo algum com o poder público. É muito importante, como órgão, que o Tribunal de Justiça conscientize os juízes e juízas que trabalham nesses processos de reintegração de posse a se alinhar às políticas públicas e aos direitos fundamentais dessas famílias", afirmou.